

A Semiótica e o Olhar Oitocentista

Mônica Bernardo Schettini Marques¹

¹ PG – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
monicas@estadao.com.br

Abstract *The problem of the seeing in the large nineteenth's century cities is examined through the literature of the period and through the modern semiotics, created by Charles Sanders Peirce.*

Key words. *Seeing, Nineteenth Century, Semiotics, Literature.*

Resumo. *O problema do olhar nas grandes cidades oitocentistas é esmiuçado através do exame de parte da literatura do período e do surgimento da semiótica moderna, inaugurada por Charles Sanders Peirce.*

Palavras-chave. *Olhar, século XIX, Semiótica, Literatura.*

1. Introdução

Um padre é chamado para ajudar um homem que acaba de receber uma ameaça de morte. Quando o padre chega em socorro, sabe que nada mais há a fazer. As quatro sentinelas, encarregadas da vigilância do edifício em que o indivíduo ameaçado se encontrava, afirmam que ninguém entrou no local. O padre, entretanto, constata pegadas recentes na neve, que significavam exatamente o contrário. Padre Brown tinha certeza que todos viram o assassino adentrando despreocupadamente na residência da vítima. Mas os vigilantes não se deram conta de que o carteiro que passava por lá todas as tardes poderia ser um criminoso.

Este é um breve resumo de “O Homem Invisível”, um dos mais instigantes contos do escritor inglês Gilbert Keith Chesterton (1874-1936). Sobre o episódio, o padre-detetive Brown, conclui com lucidez: “ninguém presta atenção em carteiros, contudo, eles têm paixões como qualquer outro homem”. (Chesterton 1997:45).

O comentário de padre Brown parece fazer eco a importantes características da vida metropolitana, analisadas por George Simmel, em seu artigo, “A metrópole e a vida mental”, publicado pela primeira vez em 1902. Ao avaliar as impressões descontínuas que marcam a vida nos grandes centros urbanos, Simmel (1987:18) põe-se a discutir seus efeitos sobre a vida mental. Para o autor, uma certa indiferença diante do outro, do mundo objetivo em sua totalidade, algo que ainda hoje denominamos atitude *blasé*, é fruto de um mecanismo de proteção às excitações que marcam as grandes cidades. À medida que é submetida a uma grande quantidade de estímulos, a mente do indivíduo chega a um estado tal de esgotamento, que deixa de reagir a novas alterações. As relações econômicas, que se estabelecem na metrópole, na perspectiva de Simmel, colaboram para a atitude *blasé* uma vez que o componente individual é minimizado, ao contrário do que ocorria na zona rural. O indivíduo metropolitano dedica-se à produção para o mercado, não conhece seu comprador. Tratam-se, pois, de relações anônimas que vão adquirindo um caráter mais calculista e menos emocional.

Uma possibilidade de interpretação para o conto é a de que Chesterton, em sua ficção, nos apresenta à atitude *blasé* dos londrinos. Tal atitude seria adquirida tanto pelo excesso de estímulos das grandes cidades, como pelo caráter monetário das relações sociais. Podemos ainda sugerir que aqueles que exercem funções de pouco prestígio na cena urbana acabam por perder visibilidadeⁱ.

O problema da invisibilidade urbana que pode decorrer do excesso de estímulos das grandes cidades, de questões relativas ao *status* e ao caráter monetário das relações sociais, ou mesmo do caráter rotineiro de certas atividades (o carteiro passa pelo mesmo lugar, no mesmo horário, diariamente), é, em nossa perspectiva, apenas parte da história. Na realidade, vemos nascer no século XIX, através da narrativa policial, um gênero literário absolutamente atento aos sinais da vida urbana, como atentos são os detetives que protagonizam estas histórias. Edgar Allan Poe, com “Os Crimes da rua Morgue”, inauguraria este tipo de narrativa, em 1841, e o detetive por ele criado, Dupin serviria de modelo para toda uma legião de detetives ficcionais, como o padre Brown, de Chestertonⁱⁱ, ou o mais famoso de todos, Sherlock Holmes, de Arthur Conan Doyle.

Os sinais da vida metropolitana e da multidão que dominava as grandes capitais oitocentistas não escapam também a um poeta como Baudelaire (1821-1867) que em “A uma passante” (Baudelaire 1985: 345) celebra o amor que nasce de um encontro rápido, mas arguto de olhares em meio ao frenético alarido da rua.

Se a vida em metrópole convida de uma certa forma a um olhar *blasé*, se o outro se torna invisível em meio ao excesso de estímulos, não se pode negar que são muitos aqueles que tentam fugir a esse processo e se põem a escrutinar os sinais que irrompem nas grandes cidades, dissecando a multidão e seus signos. Poe, Baudelaire, Chesterton fazem isso por meio da literatura. Em nossa perspectiva, também a semiótica desenvolvida por Peirce, entre o final do século XIX e início do século XX, levando a cabo a proposta não concretizada de Locke de construção de uma ciência dos signos, constitui-se numa forma de impedir que tudo se torne irremediavelmente invisível, como o carteiro de Chesterton. Tal qual a literatura oitocentista, a semiótica peirceana lida com uma visão atenta característica fundamental para quem vive nas grandes cidades do período, como aponta Bresciani.(2004:16), ao analisar a importância do olhar no século XIX:

Abrir os olhos mentais, olhar bem para o fenômeno e dizer quais são as características que nele nunca estão ausentes é primeira tarefa do fenomenólogo, de acordo com Peirce (CP5.41)ⁱⁱⁱ. À fenomenologia, na arquitetura filosófica do autor, cabe a tarefa de fornecer o fundamento observacional para as demais disciplinas filosóficas. É do estudo da fenomenologia que Peirce extrai as categorias mais universais da experiência^{iv} que servirão de base para a estruturação de sua tipologia *sígnica*.

2. Semiótica, origens e transformações

Partimos assim da hipótese de que apesar de seu franco caráter abstrato a semiótica peirceana não pode ser desconectada de um período em que os signos se proliferavam no compasso da cidade oitocentista e em que o olhar que escrutina assumia uma tarefa capital. A fotografia, o cinema, o comércio variado, a especialização do trabalho, a formação de tipos urbanos bem distintos (operários, mendigos, agiotas, advogados, etc) e de uma multidão de desconhecidos que transitava pelas artérias das grandes cidades, são alguns dos elementos do período em questão que nos permitem falar numa multiplicação *sígnica* e na necessidade do olhar treinado que a semiótica peirceana vai possibilitar.

Peirce procurava com sua semiótica fornecer subsídios para a análise dos mais variados processos de representação. A linguagem, as leis, a religião, a ciência, são alguns dos campos que o autor pretendia abarcar por meio de uma teoria de caráter geral e abstrato

formada por 64 classes de signos. Um número tão amplo pode ser compreendido à medida que se leva em conta que o autor objetivava apreender as nuances das mais variadas situações sob análise.

É preciso enfatizar, contudo, que a semiótica desenvolvida por Peirce, não foi concebida como um arcabouço teórico para ser aplicado às transformações do século XIX ou a uma situação determinada. Peirce perseguia conceitos que dessem conta da multiplicidade de eventos da natureza e da cultura, construindo uma teoria de caráter abstrato e geral, algo que fica patente quando se leva em conta a abrangência dos três elementos que compõem a concepção de signo peirceana^v.

Evidentemente, a relação que conjecturamos entre a semiótica peirceana e o contexto, não significa desconectá-la de uma tradição que remonta à Grécia Antiga. Como demonstram vários trabalhos relacionados à história da semiótica (Deely, 1995; Noth, 2003; Beuchot, 2004), estudos sobre os signos emergem ao longo da história da filosofia, nas obras de Platão, Aristóteles, entre os estóicos, no pensamento de Santo Agostinho, na filosofia escolástica, entre outros.

Na realidade, como bem observa Rodrigues (2000: 31), a origem da prática semiótica é tão antiga quanto o próprio homem, que desde sempre percebeu, transmitiu e interpretou signos, muito embora, tenha demorado milênios para dar atenção a esse elemento inseparável de sua realidade. É apenas com o desenvolvimento do alfabeto, momento de mergulho da civilização no processo de abstração^{vi}, que se verifica uma maior consciência acerca da relevância de um saber semiótico, levando, então, à sua sistematização.

Se o início do desenvolvimento de um saber semiótico fundamenta-se numa profunda modificação dos processos de representação, as mudanças no campo das representações que se verificaram no século XIX, em nossa perspectiva, teriam sido impactantes suficientemente para se fazer ressoar na obra de um filósofo dedicado justamente ao estudo das relações signícas.

A expressão hegeliana, *Zeitgeist*, espírito do tempo, parece adequada aqui, no sentido de frisar que o indivíduo é apanhado pelo espírito de seu tempo, arrebatado por ele. O momento histórico em que produções filosóficas, científicas ou artísticas se desenvolvem acaba por se revelar nestas produções. Poderia um autor que estuda o signo, viver num período de acentuada propagação signíca e permanecer incólume a ele?

3. Pragmatismo e Semiótica

Outro argumento importante no sentido de salientar que as questões concernentes à vida cotidiana do século XIX não estavam distantes do semioticista de característica marcadamente abstrata, é que este mesmo teórico é também fundador do Pragmatismo. Como esse é um tema delicado, é preciso tratá-lo com cautela.

Na verdade é bom lembrar que Peirce desenvolve duas formulações diferenciadas em relação ao tema. A primeira apresentada, em 1878, no *Popular Science Monthly*, no artigo “Como tornar claras as nossas idéias” (CP 5.397-398), propunha que o entendimento da concepção de um objeto corresponderia ao conjunto de efeitos práticos. Naquele período, para Peirce, entendimento de um conceito envolveria um contexto de ação. Em sua reformulação do pragmatismo, já no início do século XX, o autor consideraria que o significado de um conceito corresponderia a todas as suas conseqüências concebíveis. Conseqüências concebíveis não necessariamente se atualizam, não necessariamente envolvem um contexto de ação. Mas, à medida que são concebidas, um contexto de ação aparece no horizonte daquele que raciocina.

Assim, embora o pragmatismo peirceano não possa ser reduzido à ação pela ação, existe, em suas formulações, um indiscutível zelo em relação a uma ação possível, a um

contexto experimental. As definições de signo peirceanas, que são muitas, primam pela abstração e por isso mesmo, como salienta Santaella (2000: 16), acabam por dar conta das mais variadas situações concretas. Parece haver assim uma profunda coerência entre o pensador pragmático e o semiótico altamente abstrato que através de formulações de grande generalidade acaba por fornecer subsídios para a análise dos diversos e complexos contextos experimentais, salientes no período em que desenvolveu sua obra.

4. A crescente consciência semiótica no século XIX

Voltemos, então, ao século XIX, a fim de verificar com mais exatidão o contexto que Peirce se inseria. Quando falamos numa proliferação signica no período, estamos, necessariamente, visualizando cidades que se alargavam em função da revolução industrial. Cidades onde nos deparamos com algo novo no campo das linguagens – a fotografia, com a qual não se produziam apenas retratos que permaneciam na esfera familiar, mas também arquivos empregados pela polícia, como elemento capital de um moderno sistema de identificação. Os signos se multiplicavam no século XIX, também na imprensa, que nunca antes passara por um crescimento tão significativo. Os signos tomavam uma forma jamais vista, embora há muito desejada, com imagens em movimento, na última década daquele século com o advento do cinema.

Estamos, definitivamente, em um período em que a representação é a pauta do dia. Charney e Schwartz (2001: 27), comentando sobre a fotografia e a indistinção^{vii} entre realidade e representação que esta promove, atentam para aquele que seria um aspecto crucial da modernidade, a crescente tendência de entender o real somente como suas “re-representações”.

Poe, como já salientamos, é um autor, contemporâneo a Peirce, que também parece estar atento aos signos que irrompem nas grandes cidades, signos que nas narrativas poeanas despertam inúmeros fluxos decifratórios. Em “O Homem da Multidão” (Poe, 1993), deparamo-nos com a imersão do protagonista na massa londrina e com o exame detalhado, pormenorizado de cada um dos indivíduos com os quais se depara durante um passeio noturno.

Tal qual o narrador de “O Homem da Multidão”, outro e mais célebre personagem poeano, Dupin, o detetive já mencionado, também almeja apreender os signos em sua totalidade. O personagem nos é apresentado como alguém capaz de chegar aos pensamentos mais íntimos de um indivíduo, pela observação e análise da mais ínfima mudança de expressão ou do gesto que, à maioria, passa despercebido.

Essa busca obsessiva por índices que tornem possível a identificação, o conhecimento do outro, é concomitante e reflexo da própria supressão dos traços do indivíduo na multidão da cidade grande. Para Benjamin (1991: 71), o conteúdo primitivo das histórias de detetives é justamente o desaparecimento dos vestígios dos habitantes metropolitanos em meio à aglomeração humana.

E o detetive assemelha-se ao semiótico. Sujeitos que a partir século XIX se dedicam de uma forma ou de outra a penetrar no âmago das representações que proliferam nas metrópoles.

“A julgar por suas referências ao livro, ‘Os Crimes da Rua Morgue’ de Poe, Peirce certamente gostava de história de detetives”, observam Thomaz e Jean Sebeok (24: 1991). Os dois autores traçam um paralelo entre a conduta do filósofo ao desvendar o furto de seu relógio e os métodos investigativos de Sherlock Holmes e Dupin e constatarem que a abdução^{viii} é um elo fundamental entre o método adotado por Peirce e aquele dos detetives ficcionais.

Ao esclarecer o processo de formação da hipótese abductiva, Peirce (1929: 282 *apud* Sebeok 1991: 22) observa que nós freqüentemente retiramos da observação fortes sugestões de verdade sem sermos capazes de especificar quais foram as circunstâncias por nós observadas que conduziram a essas sugestões. Peirce, o filósofo bem sucedido em suas suposições, era tal qual o detetive da ficção, um exímio observador, atento ao próprio processo de observação. Um século de sinais é também um século de observadores infatigáveis. E de intérpretes.

Os primeiros exemplares de *A interpretação dos sonhos* (Freud, 2001) aparecem em 1899. Na obra, Freud concebe um método de interpretação fundamentado nas livres associações que o sonhador pode fazer quando desperto. Assim como a psicanálise, também o marxismo é fruto do século XIX. A idéia de que por trás de todo o mundo manifesto se oculta um mundo latente, apresenta-se nos oitocentos tanto no pensamento marxista, quanto na psicanálise (Houser 949: 2000). Poderíamos incluir aí também a narrativa policial. Nas palavras de Brecht (*apud* Dibdin 1994: 213), trata-se de um gênero literário que lida invariavelmente com a idéia de que por trás dos eventos que nos são reportados, existem outros eventos que não são ditos. Os pensadores oitocentistas não se deteriam apenas em signos exteriores, mas também em signos mentais, inclusive nos sonhos. A abrangência da concepção de signo peirceana parece sintonizar-se com mais esta representação, sobre a qual se debruça uma dos mais importantes pensadores do período, já que Peirce não restringe sua concepção de signo às entidades existentes, tomando como signo também os sonhos e aquilo que é matéria da nossa imaginação.

5. Conclusão

Apesar do caráter abstrato da semiótica peirceana, em diversas passagens, vemo-nos diante de exemplos ilustrativos que revelam a atenção de Peirce à multiplicidade de sinais que revestem a existência cotidiana. Ao identificar aquilo que é essencialmente um signo, numa passagem dos *Collected Papers*, refere-se ao jornal diário (CP. 6455), entre outros exemplos. Em outro momento, ao definir signo como: uma classe geral que inclui figuras, sintomas, palavras, sentenças, livros, livrarias, sinais, ordens de comando, representantes legislativos, microscópios, concertos musicais e as performances desses concertos, (Peirce *apud* Johansen, 1993: 56) fornece uma amostra da abrangência de sua teoria, além de se mostrar atento aos elementos do dia-a-dia.

Como dissemos no início do texto não vamos encontrar na obra peirceana uma semiótica que tivesse como objeto de estudo o século XIX e suas transformações, embora sua teoria, ao não se limitar aos signos verbais, ao ser capaz de abarcar tanto fenômenos físicos quanto sociais, pareça talhada para dar conta dessa complexidade. Estamos diante de um homem em sintonia com seu tempo, quando o problema do signo fascinava e entusiasmava também autores como Poe, Simmel, Baudelaire, Freud, entre outros.

ⁱ Penna (1997:44), em *Percepção e Realidade*, observa que são numerosos os experimentos comprovadores do papel das influências culturais no processo de percepção da realidade. Ressalta, ainda, o papel dos estereótipos e preconceitos circulantes no interior dos grupos sociais, que acabam por interferir na situação perceptiva.

ⁱⁱ “O Homem Invisível” foi escrito por Chesterton em 1911, no início do século XX. Parece-nos, contudo, que a temática abordada pelo autor, já estaria em evidencia no século XIX, persistindo no século que estava por vir, à medida que, cada vez mais, as metrópoles acabam por se constituir em territórios nos quais o excesso de estímulos é uma realidade inquestionável. Como salientamos, ainda, o detetive criado pelo escritor inglês tem como principal referência, o personagem Dupin, de Edgar Allan Poe. O próprio conto, “Um Homem Invisível”, é uma clara citação da célebre narrativa poeana, “A Carta Roubada”, de 1842.

ⁱⁱⁱ Usaremos a referência habitual a esta obra. CP indica *Collected Papers*, o primeiro número corresponde ao volume e o segundo ao parágrafo.

^{iv} Como outros filósofos, Peirce buscou encontrar as categorias mais universais da experiência, chegando a um número de três categorias fundamentais, primeiridade, segundidade e terceiridade, que, muito brevemente, podem ser atreladas, respectivamente, às idéias de acaso e originalidade, ação e reação e mediação.

^v A concepção de signo desenvolvida por Peirce envolve três elementos articulados- signo ou representamen, objeto e interpretante. O signo ou representamen, aquilo que sob um certo aspecto, está para uma mente interpretativa, no lugar de algo (o objeto), não se limita às entidades existentes. Entidades ficcionais, imaginárias, meramente sonhadas são capazes de ser signos (Ransdell, s.d: 5-6 *apud* Santaella, 2000: 15). Também o objeto não pode se restringir à noção de um existente. Uma idéia, um conjunto de coisas, um evento ou ocorrência pode ser o objeto de uma dada relação signica (Ransdell, 1983: 24 *apud* Santaella, 2000: 15). Em relação ao interpretante, o efeito produzido numa mente interpretativa, é importante notar que este não terá lugar apenas em mentes humanas, nem se limita ao nível biológico, abrangendo inclusive o universo das máquinas.

^{vi} André Leroi Gouhan (1985: 187-192) defende que as formas mais primitivas de escrita tenham surgido há cerca de 35.000 A.C, quando, na opinião desse antropólogo, também a fala já se articulava, embora houvesse uma autonomia entre as duas nesse momento inicial. Estamos num período anterior ao alfabeto em que a abstração se fazia presente, mas não, evidentemente, com a mesma intensidade alcançada com a escrita alfabética.

^{vii} O termo indistinção é exagerado, uma vez que uma fotografia é sempre um recorte de um objeto, ou seja, é capaz de apreendê-lo de forma limitada.

^{viii} Peirce refere-se à abdução como um processo para a elaboração de hipóteses explicativas diante de um fato surpreendente. Na formulação da inferência abductiva entram em ação a percepção de que se tem consciência, elementos inconscientes do processo perceptivo, além do *background* do indivíduo. A hipótese se formará através de associações conscientes e inconscientes entre estes elementos.

6. Referências Bibliográficas

- BAUDELAIRE, C. *As flores do mal*. 1ed. Ivan Junqueira (trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BENJAMIN, W. *Walter Benjamin*. 2 ed. Flávio Kothe (Org.) São Paulo: Ática, 1991.
- BRESCIANI, M. S. *Londres e Paris no século XIX: O Espetáculo da pobreza*. 1ed. São Paulo: Brasiliense.
- BLEUCHOT, M. *La semiótica*. 1 ed. México, D.F.: Fondo de Cultura Econômica, 2004.
- CHESTERTON G. K. *O homem invisível e outras histórias do Padre Brown*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- CHARNEY, L.; SCHWARTZ, V. (Orgs.) *O cinema e a invenção da vida moderna*. 1ed. São Paulo: Cosac & Naif, 2001.
- DEELY, J. *Introdução à semiótica: historia e doutrina*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.
- FREUD, S. *A interpretação dos sonhos*. Rio de Janeiro: Imago, 2001.
- HOUSER, A. *História social da arte e da literatura*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- JOHANSEN, J. *Dialogic semiosis*. 5th ed. Bloomington: Indiana University, 2003.
- LEROI-GOURHAN, A. *O gesto e a palavra. Técnica e linguagem*. Lisboa: Edições 70, 1985.
- NOTH, W. *Panorama de semiótica*. 3 ed. São Paulo: Annablume, 2003.
- PENNA, A. *Percepção e realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- PEIRCE, C. S. *Collected papers*, v.1-6, Hartshorne e Weiss(eds.), v. 7-8, Burks.(ed.) Cambridge: Harvard University Press, 1931-1958.
- PEIRCE, C. S. *Antologia filosófica*. Tradução, prefácio e notas de Antônio Machuco Rosa. 1ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.
- POE, E. A. Os crimes da rua Morgue. *Histórias extraordinárias*. 1ed São Paulo: Abril, 1978, p. 109-150.
- POE, E. A. *O Homem na multidão*. 1ed. Curitiba: Paraula, 1993.
- RANSELL, J. *Peircean semiotics*. Manuscrito inédito, 1983.

RODRIGUEZ, A. *Introdução à semiótica*. 2 ed. Lisboa: Cosmos, 2000.
SANTAELLA, L. *Teoria geral dos signos*. São Paulo: Pioneira, 2001.
SEBEOK, T.; Sebeok, J. Você conhece meu método. In: Eco U, Sebeok, T,(Orgs.).*O Signo de Três*. São Paulo: Perspectiva, 1991, p.13-58.
SIMMEL, G. (1987) A Metrópole e a Vida Mental. In: Velho, O. (Org.) ***O Fenômeno Urbano***. Rio de Janeiro: Zahar. 1987. p.13-28 .